



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Relatório do Exercício 2021**

SETOR INFORMANTE:	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)
--------------------------	--

CONTEXTUALIZAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:	MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
--	---

- Apresentação de manifestação em minuta de Resolução elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas em cumprimento aos termos da Resolução nº 343 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição (PA-MEM-2020/24488-D);
- Com o auxílio do Núcleo de Promoção da Acessibilidade e Inclusão (NPAI), foi encaminhado o Plano de Ações da CPAI para o ano de 2021, relacionando, dentre outras, a “Realização de cursos e outras atividades formativas, relativas às pessoas com deficiência”, objetivando contribuir para maior observância dos direitos deste público, nas esferas judicial e administrativa (PA-MEM-2020/20696), tendo iniciado tratativas com a Escola Judicial para identificação e alinhamento dos cursos que poderão ser incluídos na programação de capacitação institucional deste Poder para o exercício de 2021, com estimativa de realização dos primeiros cursos ainda em novembro próximo;
- Provocação para a contratação dos serviços de intérprete de LIBRAS (PA-MEM-2020/20696), estando em fase de finalização da elaboração do Termo de Referência para seqüente incursão nas etapas externas da licitação;
- Edição da Portaria nº 2.123, de 24 de junho de 2021, que atualiza a composição da Portaria nº 2.564/2018-GP, que instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade de Inclusão do Poder Judiciário do Estado do Pará, majorando para 10 (dez) os membros da Comissão;



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Relatório do Exercício 2021**

- Solicitação à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará a nomeação de profissional para auxílio técnico e um estagiário para composição do Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão (NPAI), unidade de apoio à CPAI instituído pela Portaria nº 1.378/2020-GP (PA-MEM-2021/28044);
- Solicitação de criação de unidades no Sistema Sigadoc de processos e expedientes administrativos eletrônicos, correspondentes à Comissão Permanente de Acessibilidade de Inclusão (CPAI) e do Núcleo de Promoção de Acessibilidade e Inclusão (NPAI), por meio do expediente PA-MEM-2021/28255;
- Apresentação pelo NPAI, com análise e aprovação da CPAI, de minuta de Portaria a ser apresentada para apreciação da Presidência do Tribunal de Justiça, de criação de Grupo de Trabalho para Elaboração de Propostas Relativas à Promoção de Ambiente Laboral Inclusivo, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (PA-MEM-2021/26971);
- Atendimento pelo Departamento de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado, da orientação da CPAI para que o indicador 3.2 da Resolução CNJ nº 401/2021, tenha interpretação estendida para disponibilização em formato acessível de todo conteúdo disponibilizado nas redes sociais, passando a fazer uso das configurações avançadas para texto alternativo e no teor da notícia a informação: #PraTodosVerem, terminologia essa que apresenta texto alternativo para promoção da inclusão de pessoas com deficiência, seguida por 12 tribunais estaduais contra 4, incluindo TJPA, que usam #pracegover em suas redes sociais;
- LICITAÇÃO LIBRAS